INTERVENÇÃO DO DEPUTADO JOSÉ SAN-BENTO NA DISCUSSÃO DO ORÇAMENTO REGIONAL E DO PLANO DE INVESTIMENTO DOS AÇORES PARA 2015
SOBRE COESÃO REGIONAL
"O PS-Açores reitera e reforça o seu compromisso com todas as nossas nove ilhas em desenvolver políticas de Coesão robustas e ambiciosas."

Senhora Presidente da Assembleia Legislativa da Região
Senhor Presidente do Governo Regional dos Açores
Senhoras Deputadas e Senhores Deputados
Senhoras e Senhores Membros do Governo

Permita-me Sr. Presidente do Governo que o felicite pelo Orçamento que o seu Executivo apresenta a esta Assembleia.

Este é um Orçamento de solidariedade, investimento, crescimento e emprego. É o Orçamento que a Região necessita. É, por isso, um documento que se impõe perante as dificuldades e os grandes desafios que enfrentamos.

Subo a esta tribuna para reiterar um compromisso político do PS-Açores da maior importância e que tem tradução nas propostas de Plano e Orçamento para 2015 que hoje aqui iniciamos a apreciação.

O PS-Açores reitera e reforça o seu compromisso com todas as nossas nove ilhas em desenvolver políticas de Coesão robustas e ambiciosas.

A apreciação do Orçamento para 2015, o ano em que o novo Quadro Comunitário de Apoio arrancará em força, é o momento oportuno para

Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Rua Marcelino Lima, 9900-858-Horta
Tel. 292 207 640 · Fax 292 391 086 · email gpps@alra.pt
www.psacores.org · www.jsacores.org

sublinhar que o Governo assegura níveis avultados de investimento público dirigidos ao reforço de políticas de coesão regional.

O Governo interpreta uma verdadeira visão de desenvolvimento regional e de salvaguarda do interesse geral de todas as nossas Ilhas.

O PS não vive rendido à contemplação dos seus sucessos. Apesar do muito que foi feito no passado em termos de políticas de coesão, que permitiram atenuar enormes desigualdades, reconhecemos que ainda persistem algumas assimetrias que são incompatíveis com o nosso projeto de desenvolvimento para os Açores e que por isso têm de continuar a ser corrigidas.

É com orgulho que afirmamos que o que está feito é muito mais do que falta ainda fazer.

Muito se fez desde a adesão do País à CEE, em 1986, ao nível da coesão dos Açores. Os Governos do Dr. Mota Amaral, embora condicionados por uma visão assente na tripolaridade, fizeram um trabalho positivo numa primeira abordagem à coesão territorial e social dos Açores.

Porém, só dez anos depois da adesão à CEE é que foi possível mudar de projeto político e iniciar novas políticas de coesão com uma abrangência multipolar. Foi esta alteração que permitiu avançar de forma inédita e histórica na coesão territorial, social e, mais recentemente, económica dos Açores. Esta

nova fase foi marcada pelo planeamento estratégico do investimento público que passou a contemplar intervenções estruturantes em todas as ilhas dos Açores.

O investimento público, que face a 1996 primeiro duplicou e depois triplicou, acentuou o seu papel absolutamente determinante no processo de desenvolvimento regional.

O GPPS regista que o plano de investimentos para 2015 reforça a articulação de políticas de coesão assentes em três dimensões inseparáveis: a territorial, a social e a económica.

A coesão territorial, com impacto principal ao nível das infraestruturas portuárias, aeroportuárias e rodoviárias, está a atingir a conclusão de um ciclo impressionante de investimentos, embora ainda sejam contemplados nos próximos anos investimentos relevantes em infraestruturação do território.

A coesão social, nomeadamente a modernização e expansão da rede escolar, a grande melhoria de equipamentos de Saúde e a construção de uma vasta rede de equipamentos sociais, será reforçada visando consolidar um vasto conjunto de serviços públicos, de valências e de equipamentos sociais que permitirão aproximar padrões de qualidade de vida entre todas as nossas nove ilhas.

Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Rua Marcelino Lima, 9900-858-Horta
Tel. 292 207 640 · Fax 292 391 086 · email gpps@alra.pt
www.psacores.org · www.jsacores.org

A maior inovação do Orçamento para 2015 em matéria de coesão, prende-se com os avanços previstos ao nível de políticas de coesão económica. Após vários anos de medidas de apoio ao investimento privado, com os principais impactos ao nível da indústria agroalimentar, do turismo, dos serviços e do pequeno comércio, e contando com a grande melhoria verificada em anos recentes no domínio dos transportes e comunicações, é agora possível concentrar mais recursos para o reforço do apoio ao investimento privado.

Em 2015, o Governo reforçará medidas de apoio ao investimento privado mas terá como prioridade os fatores de competitividade da atividade económica na Região, em especial nas ilhas de menor dimensão. Este é um claro desafio que se coloca nesta nova fase de programação do investimento público nos Açores. O objetivo passa por descriminar positivamente a competitividade da atividade econômica em ilhas que têm um conjunto de constrangimentos particulares e mais acentuados. Passará a haver mais apoios públicos onde existe menor capacidade de investimento privado e menor dimensão dos mercados.

Para o PS, ao contrário de outros, as políticas de coesão regional devem estar obrigatoriamente subordinadas ao princípio da discriminação positiva como fator de igualdade.

Este princípio basilar da política de coesão que é seguido pela União Europeia em relação às Regiões Ultra Periféricas, que foi adotado pelo País em relação

aos seus dois arquipélagos, e que até estrutura o nosso sistema eleitoral, foi recentemente rejeitado pelo PSD-Açores.

É lamentável que o PSD, um dos partidos que mais critica a suposta insuficiência de meios das políticas de coesão nos Açores, seja o partido que contesta os 35% do total de investimento público regional previsto para 2015 para a ilha de São Miguel, com a justificação populista desta ser "a maior ilha dos Açores onde vive mais de metade da população".

Todos os partidos aqui representados neste Parlamento devem ter consciência que perante o esforço de solidariedade das ilhas maiores dos Açores para com as mais pequenas, o PSD tenha defendido na última reunião do Concelho de Ilha "o reforço de verbas para São Miguel".

Analisando as propostas de alteração já apresentadas pelo PSD conclui-se que as contradições não são apenas entre o que dizem nos Açores e fazem na AR. O PSD chegou ao ponto de dizer uma coisa em São Miguel e afirmar outra aqui no Parlamento dos Açores.

A proposta do PSD não significa apenas a promoção de divisionismos internos anacrónicos que apenas nos enfraquecem enquanto Região. O que o PSD defende representa a destruição do consenso em torno da nossa Autonomia e da discriminação positiva das ilhas mais pequenas no processo de desenvolvimento da Região Autónoma dos Açores.

Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Rua Marcelino Lima, 9900-858-Horta
Tel. 292 207 640 · Fax 292 391 086 · email gpps@alra.pt
www.psacores.org · www.jsacores.org

O PSD passou a defender a programação do investimento público subordinado ao princípio da capitação. Para o PSD, cada ilha deve ter o investimento público proporcional à sua população. Seria o fim da discriminação positiva como fator de igualdade, seria a destruição da política de coesão.

O PSD defende milhões para as duas ilhas mais populosas e tostões para as outras sete!

Entendamo-nos! De um ponto de vista teórico compreendemos que alguns reclamem mais investimento para as suas ilhas. Vários parceiros sociais seguem este caminho. É legítimo. Porém, para nós, e de um ponto de vista relativo, a distribuição das verbas de investimento pelas diversas ilhas é justa e adequada. As ilhas maiores são solidárias com as menos populosas. É assim que se estrutura um desenvolvimento regional integrado e promotor da coesão entre todas as 9 ilhas e os 19 concelhos.

Ao PS inspira-nos uma visão progressista. Procuramos garantir o investimento necessário a todas as nossas ilhas em vez de canalizarmos quase todos os recursos só para algumas.

Nós praticamos internamente a solidariedade que reivindicamos em Lisboa e em Bruxelas.

Senhora Presidente da Assembleia
Senhoras e Senhores Deputados
Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Membros do Governo

Ao longo dos anos de governação do PS para além dos avultados investimentos públicos que procuraram discriminar positivamente as ilhas mais pequenas e promover a coesão regional, foram instituídas várias medidas de natureza política que permitiram melhorar o financiamento de políticas de integração e de coesão nos Açores.

A Lei de Finanças Regionais (LFR); A adaptação do sistema fiscal nacional; A majoração dos abatimentos à coleta dos lucros reinvestidos; A inscrição do Estatuto de Ultraperiferia no Tratado da União; Os diversos Sistemas de Incentivos; A programação do PRODESA e do QRESA; A criação do Fundo de Coesão e do estatuto das Ilhas de coesão; A instituição da Ilhas de Valor SA; A revisão da LFR; o PECA e mais recentemente o programa de incentivos COMPETIR+; são apenas os exemplos mais emblemáticos do muito trabalho realizado.

O plano para 2015 reforça o investimento em 13%, terá um grande impacto na atividade empresarial, na geração de emprego e de ganhos no rendimento das famílias.

É um contraste absoluto face ao que se verifica a nível nacional, o que torna incompreensível o sentido de voto pré anunciado pelo maior partido da oposição.

O PSD-A é a favor de um mau Orçamento de Estado para o País e para a Região e é contra um bom Orçamento Regional para os Açores.

Mais do que um desnorte estamos perante uma insanável incoerência.

Cabe assim ao PS, mais uma vez, garantir a estabilidade e o apoio parlamentar que permitirá aprovar um bom Orçamento Regional para o próximo ano.

Estaremos como sempre à altura das nossas responsabilidades, com os açorianos e pelos Açores.

Disse!

Horta, Sala das Sessões, Terça-feira, 25 de Novembro de 2014.

Pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista-Açores

O DEPUTADO

JOSÉ SAN-BENTO

Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Rua Marcelino Lima, 9900-858-Horta
Tel. 292 207 640 · Fax 292 391 086 · email gpps@alra.pt
www.psacores.org · www.jsacores.org